

SUMÁRIO

Capítulo 1	
INTRODUÇÃO	17
Capítulo 2	
CONCEITO.....	21
Capítulo 3	
ADMISSIBILIDADE.....	27
3.1. Direito líquido e certo.....	27
3.2. Ilegalidade ou abuso de poder.....	43
3.2.1. Inconstitucionalidade, o mandado de segurança contra lei em tese e o mandado de segurança preventivo. Outras “contrariedades” ao ordena- mento jurídico.....	46
3.3. Autoridade pública.....	60
3.4. Não amparado por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i>	60
Capítulo 4	
LEGITIMIDADE ATIVA.....	65
Capítulo 5	
LEGITIMIDADE PASSIVA.....	75
5.1. Autoridades públicas	76
5.2. Agentes de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.....	90

5.3.	Erro na indicação da autoridade apontada como coautora	94
5.4.	Litisconsórcio no mandado de segurança	99
5.5.	Atos administrativos compostos e complexos. Competência delegada. Atos colegiados	110

Capítulo 6

OUTRAS RESTRIÇÕES QUANTO AO CABIMENTO..... 113

6.1.	Ato passível de recurso ou correição	113
6.2.	Decisão judicial transitada em julgado	124
6.3.	Efeitos patrimoniais	127

Capítulo 7

COMPETÊNCIA 139

7.1.	Mandado de segurança e a competência delegada	145
7.2.	Mandado de segurança e os Juizados Especiais Federais	151
7.3.	Mandado de segurança e acidente do trabalho	157
7.4.	Mandado de segurança de competência dos Tribunais	161
7.5.	Mandado de segurança e terceiro prejudicado	164

Capítulo 8

PROCEDIMENTO..... 171

8.1.	Prazo para impetração	171
8.2.	Forma de impetração	178
8.3.	Liminar	186
8.4.	Informações e ciência ao representante judicial da pessoa jurídica	199
8.5.	Parecer do Ministério Público e sentença	203
8.6.	Desistência do mandado de segurança	210
8.7.	Suspensão da liminar e da sentença	213
8.8.	Recursos	215
8.9.	Descumprimento das decisões	220

Capítulo 9

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	229
--	------------

Capítulo 10

O MANDADO DE SEGURANÇA E SUA UTILIZAÇÃO ESPECÍFICA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA.....	237
--	------------

10.1. Situações em que o mandado de segurança não é cabível..	237
10.1.1. Casos em que ultrapassado o prazo decadencial de 120 dias.....	238
10.1.2. Casos em que os fatos não são comprováveis por meio de documentos	240
10.1.2.1. Casos em que se pretende a concessão de um benefício por incapacidade (auxílio-doença/auxílio por incapacidade temporária, aposentadoria por incapacidade permanente ou auxílio-acidente) e o requerimento administrativo for indeferido por não ter sido comprovada a incapacidade para o trabalho.....	240
10.1.2.2. Casos em que o INSS não admite a existência de um vínculo de emprego, anotado em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, mas sem registro de contribuições.....	244
10.1.2.3. Casos em que se pretende a prova do tempo de atividade rural.....	253
10.2. Situações em que o mandado de segurança é cabível, mas precisa ser avaliado, em concreto, se é o meio processual mais recomendado para o caso.....	256
10.2.1. Concessão de benefício que envolva o pagamento de valores atrasados	256
10.2.2. O caso dos honorários de advogado.....	257
10.2.3. Casos de aposentadoria especial (ou de contagem de tempo especial, convertido em comum).....	260
10.3. Situações em que o mandado de segurança é preferível a quaisquer outras ações	265

10.3.1. Excesso de prazo para decisão ou para julgamento do recurso.....	265
10.3.2. Violação a uma das garantias constitucionais do processo (devido processo legal, contraditório, ampla defesa, proibição de provas obtidas por meios ilícitos etc.).....	281
10.3.3. Cerceamento das prerrogativas legais dos Advogados.....	289
10.3.4. Cessação do benefício por suspeita de fraude sem processo administrativo formal, ou em desrespeito às garantias constitucionais do processo, ou mesmo depois de decorrido o prazo legal para revisão do ato de concessão.....	292
10.3.5. Síntese dos tópicos anteriores.....	306

Capítulo 11

MODELOS DE PEÇAS PRÁTICAS..... 311

11.1. Petição inicial de mandado de segurança destinado a compelir o INSS a analisar o requerimento administrativo pendente de decisão.....	312
11.2. Petição inicial de mandado de segurança preventivo destinado a impedir a suspensão ou cancelamento de benefício.....	321
11.3. Agravo de instrumento contra decisão denegatória de liminar em mandado de segurança.....	329
11.4. Apelação em mandado de segurança.....	339

REFERÊNCIAS..... 345

LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009..... 357